



TÉCNICO JUDICIÁRIO

ÁREA ADMINISTRATIVA - SEM ESPECIALIDADE

(421.1 E 421.2)

NOME DO(A) CANDIDATO(A)

INSCRIÇÃO

Turno

MANHÃ

PROVA

01

**Na Folha de Respostas,
no local indicado,
lembre-se de preencher o
Número da Prova!**



**instituto
aacp**

Fraudar ou tentar fraudar
Concursos Públicos é Crime!
Previsto no art. 311 - A do
Código Penal

Sobre o material recebido pelo candidato ou pela candidata

- ✓ Além deste Caderno de Questões com **quarenta questões objetivas e uma Redação**, você receberá do fiscal de sala as Folhas de Respostas e de Versão Definitiva da Redação.
- ✓ Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição em todos os documentos entregues pelo fiscal. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração e se o cargo/área/especialidade corresponde àquele para o qual você se inscreveu.
- ✓ O não cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno e nas Folhas de Respostas e de Versão Definitiva da Redação incorrerá na eliminação do candidato ou da candidata.

Sobre o material a ser devolvido pelo candidato ou pela candidata

- ✓ Os únicos documentos válidos para avaliação são as Folhas de Respostas e de Versão Definitiva da Redação.
- ✓ Nas Folhas de Respostas e de Versão Definitiva da Redação, preencha o campo destinado à assinatura. As respostas das questões objetivas devem ser preenchidas da seguinte maneira: ●
- ✓ Nas Folhas de Respostas e de Versão Definitiva da Redação, só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta. Esses documentos devem ser devolvidos ao fiscal na saída, devidamente preenchidos e assinados.

Sobre a duração da prova e a permanência na sala

- ✓ O prazo de realização da prova é de 5 (cinco) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas e a transcrição da Versão Definitiva da Redação.
- ✓ Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato ou a candidata estará liberado(a) para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação, não podendo, no entanto, levar o Caderno de Questões e nenhum tipo de anotação de suas respostas.
- ✓ O candidato ou a candidata poderá levar consigo este Caderno no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o término da prova.
- ✓ Os(As) três últimos(as) candidatos ou candidatas só poderão retirar-se da sala juntos, após assinatura do Termo de Fechamento do Envelope de Retorno.

Sobre a divulgação das provas e dos gabaritos

- ✓ Os Cadernos de Questões e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do **Instituto AACP** no endereço eletrônico www.institutoaacp.org.br, conforme previsto em Edital.

Conhecimentos Gerais

Língua Portuguesa

A ARBORIZAÇÃO URBANA EM CIDADES COMPACTAS

*Claudio Bernardes
Engenheiro civil e vice-presidente do Secovi-SP,
A Casa do Mercado Imobiliário*

As condições microclimáticas diurnas são afetadas especialmente pela radiação solar, e o microclima em áreas específicas das cidades tem efeitos bastante perceptíveis, sobretudo no que diz respeito ao conforto térmico. [...]

A aplicação de soluções baseadas na natureza nas cidades, para mitigar os efeitos nocivos do superaquecimento urbano, e tornar as cidades mais resilientes às ondas de calor, ganhou a atenção de urbanistas e pesquisadores nas últimas décadas.

Neste contexto, projetos de arborização viária apropriadamente elaborados podem tornar-se ferramentas úteis para planejar o clima da vizinhança, resolvendo as interações entre edifícios, árvores, sistema viário e atmosfera. [...]

Adaptado de:
<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/claudiobernardes/2024/02/a-arborizacao-urbana-em-cidades-compactas.shtml>. Acesso em: 23 fev. 2024.

1

No último parágrafo do texto,

- (A) a expressão “podem tornar-se” pode ser substituída por “tornam-se” sem que isso altere a semântica original do excerto.
- (B) o pronome átomo pode ser anteposto ao verbo “tornar” sem que isso gere prejuízo sintático ao excerto.
- (C) o verbo “podem” é um auxiliar acurativo com a função de determinar com mais rigor os aspectos do momento da ação verbal.
- (D) o termo “apropriadamente”, por ser um advérbio, pode ser movido para o início da oração sem que isso gere incorreção gramatical ou modifique o sentido original do excerto.
- (E) A palavra “arborização” apresenta também outra grafia possível na norma-padrão: “arvorização”.

2

Assinale a alternativa que analisa corretamente o primeiro parágrafo do texto.

- (A) A primeira oração poderia ser reescrita como “A radiação solar afeta especialmente as condições microclimáticas do dia”, mantendo-se o sentido original do excerto.
- (B) A primeira vírgula é obrigatória, visto que separa duas orações assindéticas.
- (C) O termo “bastante” apresenta a mesma classificação morfológica e função que em “Há bastante trabalho a ser feito”.
- (D) Em “[...] no que diz respeito ao conforto térmico.”, o termo em destaque pode ser adequadamente substituído por “a”.
- (E) O verbo “tem” é um verbo impessoal, com sentido equivalente a “há” e “existe”.

Raciocínio Lógico e Matemático

3

Certa aplicação financeira exige que o capital seja investido por 4 anos, sem acréscimos ou retiradas durante esse período. Considerando que a operação se utiliza de juros simples, a uma taxa de 16% ao ano, qual será o montante disponível para uma aplicação de R\$ 50.000, nesses moldes?

- (A) R\$ 32.000.
- (B) R\$ 58.000.
- (C) R\$ 70.000.
- (D) R\$ 82.000.
- (E) R\$ 94.000.

4

Ana, Bia e Céu são irmãs trigêmeas com grande semelhança física. Sabe-se que, desde a primeira infância, para evitar confusões, uma delas sempre usava uma tiara vermelha, outra sempre usava uma tiara alaranjada e a última sempre usava uma tiara verde. Além disso, sabe-se que Ana, Bia e Céu nunca usavam outra cor de tiara, além da sua própria. Sobre o exposto, são feitas as três seguintes afirmações das quais apenas uma é verdadeira:

- “Ana não usava tiara vermelha”;
- “Céu usava tiara alaranjada”;
- “Céu não usava tiara verde”.

Assim, as cores das tiaras que Ana, Bia e Céu usavam, respectivamente, são:

- (A) vermelha, alaranjada, verde.
- (B) alaranjada, verde, vermelha.
- (C) verde, alaranjada, vermelha.
- (D) vermelha, verde, alaranjada.
- (E) alaranjada, vermelha, verde.

Noções de Sustentabilidade

5

Nos termos da Constituição Federal, assinale a alternativa correta acerca do meio ambiente.

- (A) Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso especial e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
- (B) Para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, incumbe à coletividade prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas.
- (C) As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.
- (D) São disponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.
- (E) Compete ao Poder Público preservar a homogeneidade e a integridade do patrimônio genético do País, bem como fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético.

Noções de Governança

6

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região acaba de elaborar o projeto de atualização do sistema de gerenciamento de casos. Para isso, estruturou a seguinte decomposição hierárquica do trabalho do projeto orientada às entregas, ou seja, cada nível descendente da ferramenta representa uma definição do trabalho do projeto:

Projeto: Atualização do Sistema de Gerenciamento de Casos

1. **Levantamento de Requisitos:** 1.1 Entrevistas com Usuários; 1.2 Análise de Documentação Existente.
2. **Desenvolvimento:** 2.1 Atualização da Interface do Usuário; 2.2 Implementação de Recursos Adicionais.
3. **Testes:** 3.1 Testes de Funcionalidade; 3.2 Testes de Usabilidade.
4. **Treinamento:** 4.1 Preparação de Material de Treinamento; 4.2 Sessões de Treinamento para Usuários Principais.
5. **Implementação:** 5.1 Migração de Dados; 5.2 Lançamento da Atualização.
6. **Avaliação:** 6.1 Feedback dos Usuários; 6.2 Avaliação de Desempenho.
7. **Encerramento:** 7.1 Documentação de Atualização; 7.2 Encerramento Administrativo.

Com base no exposto, assinale a alternativa que apresenta a ferramenta correta de gestão de projetos para a situação relatada.

- (A) Gráfico de Gantt.
- (B) Método do Caminho Crítico (CPM).
- (C) Estrutura Analítica do Projeto (EAP).
- (D) Metodologia Scrumban.
- (E) Six Sigma.

7

De acordo com a Resolução CNJ nº 347/2020, os órgãos do Poder Judiciário devem observar os instrumentos de governança em contratações públicas do Poder Judiciário. Nesse sentido, um instrumento que, em seu escopo, alcance o monitoramento dos grandes contratos do órgão de modo a subsidiar a criação de políticas internas e a tomada de decisão da alta administração é o

- (A) plano de logística sustentável.
- (B) plano anual de contratações.
- (C) plano anual de capacitação.
- (D) plano de tratamento de riscos.
- (E) plano de governança.

Noções de Gestão Estratégica

8

Você, como técnico judiciário do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, precisa conhecer e colaborar para a implantação do Plano Estratégico da Justiça Federal (PEJF), que resume as prioridades do segmento para o período de 2021 a 2026. A Resolução nº 668/2020 – CJF, de 09 de novembro de 2020, estabeleceu três elementos que estão contidos no Plano Estratégico da Justiça Federal (PEJF) e que foram discutidos pelos tribunais na forma de definições estratégicas, as quais nortearão as proposições para o novo ciclo de planejamento. Nesse sentido, assinale a alternativa que apresenta esses três elementos.

- (A) Missão, visão de futuro e macrodesafios.
- (B) Análise de dados, tendências e propósito.
- (C) Governança, missão e visão de futuro.
- (D) Estratégia, propósito e valores.
- (E) Compliance, estratégia e tendências.

Noções de Direitos Humanos Fundamentais e de Acessibilidade

9

O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) destina-se a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Nesse contexto, acerca de tal diploma normativo, assinale a alternativa correta.

- (A) A definição de curatela de pessoa com deficiência constitui medida protetiva extraordinária, proporcional às necessidades e às circunstâncias de cada caso, e durará o menor tempo possível.
- (B) Quando necessário, a pessoa com deficiência será submetida à curatela, a qual afeta os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e matrimonial, bem como o direito à privacidade do curatelado.
- (C) Os serviços notariais e de registro não podem negar ou criar óbices ou condições diferenciadas à prestação de seus serviços em razão de deficiência do solicitante, devendo reconhecer sua capacidade legal limitada, mas garantindo a plena acessibilidade.

- (D) O consentimento prévio, livre e esclarecido da pessoa com deficiência é prescindível para a realização de tratamento, procedimento e hospitalização.
- (E) À pessoa com deficiência internada ou em observação é assegurado o direito a acompanhante ou a atendente pessoal, devendo o órgão ou a instituição de saúde proporcionar condições adequadas para sua permanência ao menos durante o repouso noturno.

10

Sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), assinale a alternativa correta.

- (A) Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de curto ou longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
- (B) Nos serviços de emergência públicos e privados, a prioridade conferida pela Lei nº 13.146/2015 não se condiciona aos protocolos de atendimento médico.
- (C) É assegurado à pessoa com deficiência que não possua meios para prover sua subsistência nem de tê-la provida por sua família o benefício mensal de um salário-mínimo, nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social.
- (D) Nos teatros, cinemas, auditórios e similares, como contrapartida aos gastos realizados com acessibilidade, é permitido que o valor do ingresso da pessoa com deficiência seja superior ao valor cobrado das demais pessoas.
- (E) Para emissão de documentos oficiais, será exigida a situação de curatela da pessoa com deficiência.

Conhecimentos Específicos**11**

Chico é brasileiro naturalizado e pretende ocupar cargo público no alto escalão da Administração Pública, mas sabe que existem cargos que somente podem ser ocupados por brasileiros natos. De acordo com o disposto na Constituição da República Federativa do Brasil, é privativo de brasileiro nato o cargo de

- (A) Governador do Distrito Federal.
- (B) Deputado Federal.
- (C) Senador da República.
- (D) Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- (E) Advogado-Geral da União.

12

De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil, compete aos Estados

- (A) elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social.
- (B) explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros.
- (C) organizar e manter o Poder Judiciário, o Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios e a Defensoria Pública dos Territórios.
- (D) instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos.
- (E) explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.

13

De acordo com o disposto na Constituição da República Federativa do Brasil a respeito do servidor público, assinale a alternativa correta.

- (A) Aplica-se ao agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de outro cargo temporário, inclusive mandato eletivo, ou de emprego público, o Regime Geral de Previdência Social.
- (B) Como condição para a aquisição da estabilidade, é dispensada a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.
- (C) O servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado compulsoriamente, com proventos integrais, aos 60 anos de idade, ou aos 65 anos de idade, na forma de lei complementar.
- (D) A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, vedada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.
- (E) É autorizada a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.

14

De acordo com o disposto na Constituição da República Federativa do Brasil e o entendimento dos tribunais superiores, assinale a alternativa correta.

- (A) A trabalhadora gestante tem direito ao gozo de licença-maternidade e à estabilidade provisória, independentemente do regime jurídico aplicável, se contratual ou administrativo, ainda que ocupe cargo em comissão ou seja contratada por tempo determinado.
- (B) A enfermidade ou doença mental, ainda que tenha sido estabelecida a curatela, configura, por si, elemento suficiente para determinar que a pessoa com deficiência não tem discernimento para os atos da vida civil.
- (C) O adicional de 1/3 (um terço) constitucional não incide sobre a remuneração relativa a todo período de férias.
- (D) Observada a independência das esferas, são admissíveis em processos administrativos, de qualquer espécie, as provas consideradas ilícitas pelo Poder Judiciário.
- (E) É defeso o pagamento de remuneração em valor inferior ao salário mínimo ao servidor público, exceto se laborar em jornada reduzida de trabalho.

15

De acordo com o disposto na Constituição da República Federativa do Brasil e o entendimento dos tribunais superiores, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) É inconstitucional a exigência de inscrição do Defensor Público nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil.
- (B) Afronta o princípio da separação dos poderes a anulação judicial de cláusula de contrato de concessão firmado por Agência Reguladora e prestadora de serviço de telefonia que, em observância aos marcos regulatórios estabelecidos pelo Legislador, autoriza a incidência de reajuste de alguns itens tarifários em percentual superior ao do índice inflacionário fixado, quando este não é superado pela média ponderada de todos os itens.
- (C) Compete à Justiça Federal processar e julgar feitos em que se discuta controvérsia relativa à expedição de diploma de conclusão de curso superior realizado em instituição privada de ensino que integre o Sistema Federal de Ensino, exceto quando a pretensão se limitar ao pagamento de indenização.
- (D) Em respeito ao princípio da separação dos poderes, quando não caracterizado o desrespeito às normas constitucionais, é defeso ao Poder Judiciário exercer o controle jurisdicional em relação à interpretação do sentido e do alcance de normas meramente regimentais das Casas Legislativas, por se tratar de matéria interna corporis.
- (E) Compete à Justiça comum processar e julgar demandas em que se discute o recolhimento e o repasse de contribuição sindical de servidores públicos regidos pelo regime estatutário.

16

Joaquim e Pedro, estudantes do curso de Direito de uma Universidade Federal, trocaram socos e chutes durante aula do curso. Depois de regular processo administrativo, o reitor da universidade decidiu aplicar a penalidade de suspensão aos referidos estudantes. Nesse caso, o reitor fez uso do poder

- (A) regulamentar.
- (B) normativo.
- (C) disciplinar.
- (D) institucional.
- (E) de polícia administrativa.

17

José é técnico judiciário na Justiça Federal e, no interesse do serviço, passou a ter exercício em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente. Nesse caso, de acordo com o disposto na Lei nº 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, é correto afirmar que

- (A) correm por conta da administração as despesas de transporte do servidor e de sua família, compreendendo passagem, bagagem e bens pessoais.
- (B) à família do servidor que falecer na nova sede são assegurados ajuda de custo e transporte para a localidade de origem, dentro do prazo de cinco anos, contados do óbito.
- (C) a ajuda de custo é calculada sobre a remuneração do servidor, conforme se dispuser em regulamento, não podendo exceder a importância correspondente a seis meses.
- (D) será concedida ajuda de custo ao servidor que se afastar do cargo, ou reassumi-lo, em virtude de mandato eletivo.
- (E) o servidor ficará obrigado a restituir a ajuda de custo quando, injustificadamente, não se apresentar na nova sede no prazo de noventa dias.

18

De acordo a Lei nº 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, é correto afirmar que

- (A) da sindicância poderá resultar aplicação de penalidade de advertência ou suspensão de até noventa dias.
- (B) o prazo para a conclusão do processo disciplinar não excederá cento e oitenta dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.
- (C) havendo dois ou mais indiciados, o prazo para apresentar defesa escrita será comum e de vinte dias.
- (D) de forma a garantir o direito à ampla defesa, o presidente da comissão do processo administrativo disciplinar não poderá denegar pedidos da defesa, ainda que sejam considerados impertinentes, meramente protelatórios, ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.
- (E) o prazo para conclusão da sindicância não excederá sessenta dias, podendo ser prorrogado por igual período a critério da autoridade superior.

19

A prática do nepotismo é conduta há muito combatida pela doutrina e pela jurisprudência, e, de acordo com a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), tal conduta

- (A) é ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.
- (B) não constitui ato de improbidade administrativa.
- (C) é ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito.
- (D) é ato de improbidade administrativa decorrente de permitir ou facilitar para que terceiro se enriqueça ilicitamente.
- (E) é ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública.

20

Nos termos da Lei nº 12.618/2012, que instituiu o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais, assinale a alternativa correta.

- (A) Os Conselhos Deliberativos terão composição paritária e cada um será integrado por oito membros.
- (B) As diretorias executivas serão compostas, no máximo, por quatro membros, nomeados pelos conselhos deliberativos das entidades fechadas de previdência complementar.
- (C) A presidência dos conselhos deliberativos será exercida pelos membros indicados pelos participantes, na forma prevista no estatuto das entidades fechadas de previdência complementar.
- (D) A remuneração e as vantagens de qualquer natureza dos membros das diretorias executivas das entidades fechadas de previdência complementar serão estabelecidas pelos seus conselhos fiscais em valores compatíveis com os níveis preexistentes no mercado de trabalho para profissionais de graus equivalentes de formação profissional e de especialização.
- (E) Os membros dos conselhos deliberativos e dos conselhos fiscais das entidades fechadas serão designados pelos Presidentes da República e do Conselho da Justiça Federal e por ato conjunto dos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, respectivamente.

21

Exerce função jurisdicional estatal e faz parte do Poder Judiciário o

- (A) Tribunal Marítimo.
- (B) Tribunal de Contas da União.
- (C) Superior Tribunal Militar.
- (D) Tribunal de Justiça Desportiva.
- (E) Tribunal Arbitral.

22

Fernando, médico, pretende propor ação em face de Tuane, nutricionista, para a cobrança de obrigação não paga no prazo fixado. O valor da dívida é de R\$ 1.000 (mil reais), conforme indicado na nota promissória. Com base nessas informações, Fernando poderá propor ação no

- (A) Juizado Especial Cível.
- (B) Juizado Especial Federal Cível.
- (C) Juizado Especial da Fazenda Pública.
- (D) Tribunal Regional Federal.
- (E) Tribunal Regional do Trabalho.

23

Nos termos do Código de Processo Civil, é correto afirmar que o deferimento/concessão da gratuidade da justiça ao beneficiário compreende, EXCETO

- (A) os selos postais.
- (B) as despesas com a realização de exame de código genético – DNA – e de outros exames considerados essenciais.
- (C) os honorários do advogado e do perito e a remuneração do intérprete ou do tradutor nomeado para apresentação de versão em português de documento redigido em língua estrangeira.
- (D) o custo com a elaboração de memória de cálculo, quando exigida para instauração da execução.
- (E) o dever de pagar, ao final, as multas processuais que lhe sejam impostas.

24

Conforme prevê o Código de Processo Civil, para postular em juízo (propor ação), é necessário ter

- (A) legitimidade e recursos financeiros.
- (B) interesse e legitimidade.
- (C) capacidade civil e possibilidade jurídica do pedido.
- (D) interesse e direito.
- (E) liberdade e advogado.

25

Há duas categorias de normas: materiais ou substanciais e processuais ou instrumentais. Nesse contexto, assinale a alternativa que apresenta corretamente uma norma material.

- (A) É garantido o direito de propriedade.
- (B) O juiz só decidirá por equidade nos casos previstos em lei.
- (C) O juiz proferirá os despachos no prazo de 5 dias.
- (D) A citação será efetivada em até 45 dias a partir da propositura da ação.
- (E) O juiz julgará os embargos de declaração em 5 dias.

26

Em relação ao concurso de pessoas, assinale a alternativa correta.

- (A) A teoria do concurso de pessoas só interessa aos delitos unissubjetivos, considerando que, nos delitos plurissubjetivos, a reunião de pessoas é da essência do próprio tipo penal.
- (B) Resta configurado o concurso de pessoas quando dois ou mais indivíduos concorrem para a prática de um mesmo crime, sendo irrelevante que tenham identidade de propósitos.
- (C) As circunstâncias objetivas se comunicam mesmo que o coautor não tenha conhecimento delas.
- (D) O Código Penal não distingue a autoria da participação, e a doutrina reconhece unicamente a participação em sua forma material.
- (E) As circunstâncias e condições pessoais sempre se comunicam, considerando que os agentes atuam objetivando a prática de um mesmo evento criminoso.

27**São crimes contra a Administração da Justiça as seguintes condutas, EXCETO**

- (A) reingressar no território nacional o estrangeiro que dele foi expulso.
- (B) auxiliar a subtrair-se à ação de autoridade pública autor de crime a que é cominada pena de reclusão.
- (C) amotinarem-se presos, perturbando a ordem ou disciplina da prisão.
- (D) opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio.
- (E) acusar-se, perante a autoridade, de crime inexistente ou praticado por outrem.

28**Determinado município brasileiro contratou a empresa Vênus para a realização de serviços de reprografia. Um dos funcionários da contratada, aproveitando-se da facilidade por exercer suas atividades no Paço Municipal, apropriou-se de um scanner de propriedade do município, aparelho que detinha para exercer suas funções em prol do município. Nessa situação, considerando a definição de funcionário público (art. 327 do Código Penal), é correto afirmar que**

- (A) houve a prática do crime de peculato apropriação.
- (B) a situação possibilita a aplicação da figura do funcionário público por equiparação, mas o crime cometido não se enquadra nos crimes contra a Administração Pública.
- (C) o funcionário da empresa contratada não pode ser equiparado a funcionário público.
- (D) cometeu-se o crime de peculato furto.
- (E) a situação narrada possibilita apenas as sanções administrativas inerentes à contratação da empresa.

29**Acerca das medidas de segurança de acordo com o Código Penal, assinale a alternativa correta.**

- (A) A internação em hospital de custódia será por tempo indeterminado, perdurando até que seja constatada pelo juiz, mediante todas as provas admitidas, a cessação da periculosidade.
- (B) Extinta a punibilidade, não é possível a imposição de medida de segurança, no entanto subsiste a medida de segurança imposta anteriormente à extinção da punibilidade.
- (C) Em qualquer fase do tratamento ambulatorial, poderá o juiz determinar a internação, se essa providência for necessária para fins curativos.
- (D) Reconhecendo que o sujeito é inimputável, o juiz determinará sua internação e, se o caso for punível com pena de detenção, deverá submetê-lo a tratamento psiquiátrico em hospital de custódia.
- (E) O Código Penal não admite mais como espécie de medida de segurança o tratamento ambulatorial.

30**De acordo com o Código Penal, a respeito da imputabilidade penal, assinale a alternativa correta.**

- (A) O agente que se embriagou voluntariamente, tornando-se, ao tempo da ação, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato, é isento de pena.
- (B) Há exclusão da imputabilidade quando o agente pratica o crime imbuído de uma violenta emoção.
- (C) A inimputabilidade em razão da idade é definida pelo Código Penal através do critério psicológico.
- (D) Na embriaguez preordenada, admite-se a redução de pena.
- (E) Nos casos de inimputabilidade em razão de anomalia psíquica, o Código Penal adota o critério biopsicológico.

31

A administração é importante para todas as organizações. Sem os processos gerenciais, as empresas jamais teriam condições de existir, crescer e alcançar êxito em suas atividades. Nesse sentido, em relação ao estudo das teorias administrativas, assinale a alternativa correta.

- (A) A Organização Racional do Trabalho (ORT) faz parte da teoria da burocracia de Weber.
- (B) A teoria clássica tinha ênfase na estrutura que a organização deveria possuir para ser eficiente.
- (C) A experiência de Hawthorne, feita por Maslow, integra a teoria das relações humanas.
- (D) A teoria dos dois fatores, de Mayo, explica o comportamento das pessoas no trabalho.
- (E) A Pesquisa de Chandler sobre estratégia e estrutura faz parte da teoria dos sistemas.

32

No desempenho de sua função, você ficou responsável pelo desenvolvimento de um software para o sistema de gerenciamento de processos. Seu papel é o de representar o cliente e ser responsável por garantir que a equipe Scrum agregue valor ao negócio, desempenhando o papel de moderador entre os interesses do cliente e do Team e tendo como responsabilidade principal manter a equipe funcional e produtiva. Considerando essas informações, qual é o seu papel na metodologia Scrum?

- (A) Product Owner.
- (B) Scrum Master.
- (C) Gerente de projeto.
- (D) Cliente.
- (E) Scrum Developer.

33

Você, como técnico judiciário do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, precisa elaborar um plano e sugerir que tipo de estratégia seria mais adequada ao Tribunal. Em termos específicos, você notou a presença de pontos fracos (internos) e de um ambiente que proporciona situações favoráveis, ou seja, oportunidades. Diante do exposto, qual estratégia deve ser escolhida para elaborar o plano?

- (A) Estratégia de manutenção.
- (B) Estratégia de sobrevivência.
- (C) Estratégia de crescimento.
- (D) Estratégia de desenvolvimento.
- (E) Estratégia de inovação.

34

No Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), diversos métodos e ferramentas de controle de qualidade podem ser aplicados para melhorar a eficiência e a eficácia dos processos judiciais. Nesse contexto, considere as seguintes ferramentas de gestão da qualidade: Diagrama de Ishikawa, Diagrama de Pareto, Histograma, Diagrama de Dispersão e Controle Estatístico de Processo e assinale a alternativa correta em relação a como uma dessas ferramentas pode ser utilizada no TRF2 para análise e melhoria dos processos judiciais.

- (A) O Diagrama de Ishikawa pode ser utilizado para identificar as principais causas de atrasos nos processos judiciais, facilitando a análise das origens dos problemas e permitindo a tomada de ações corretivas.
- (B) O Diagrama de Pareto é uma ferramenta que pode ser utilizada para monitorar a variação contínua dos prazos de julgamento, mostrando as causas das variações e ajudando a manter o controle estatístico do processo.
- (C) Um Histograma pode ser usado para visualizar a correlação entre duas variáveis diferentes nos processos judiciais, ajudando a identificar tendências e padrões.
- (D) O Diagrama de Dispersão é uma ferramenta que pode ser eficaz em identificar e priorizar os principais problemas que afetam a eficiência dos processos judiciais, focando os 20% dos problemas que causam 80% dos atrasos.
- (E) O Controle Estatístico de Processo pode ser utilizado para determinar as principais categorias de causas de problemas nos processos judiciais, classificando-as em grandes áreas, como “pessoas”, “métodos”, “materiais” e “meio ambiente”.

35

Você precisa utilizar, no Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), a liderança transaccional. O objetivo é gerenciar equipes e processos com foco na eficiência e no cumprimento de metas. Nesse contexto, considere os princípios da liderança transaccional e assinale a alternativa que melhor reflete a aplicação desses princípios no ambiente do TRF2.

- (A) Um líder transaccional no TRF2 tende a inspirar sua equipe judicial a alcançar metas de longo prazo através de uma visão compartilhada e motivação intrínseca.
- (B) A liderança transaccional no TRF2 se baseia principalmente em estabelecer metas claras e utilizar recompensas ou punições para assegurar o cumprimento dos prazos e a qualidade dos processos judiciais.
- (C) Um líder transaccional no TRF2 geralmente prioriza a inovação e a criatividade, incentivando os servidores a participarem das negociações de soluções para os desafios identificados.
- (D) A liderança transaccional no TRF2 promove a autonomia e a autogestão dos servidores, estimulando-os a se envolver no processo de transformação da empresa, bem como a compreendê-la de forma sistêmica.
- (E) Líderes transaccionais no TRF2 focam a construção de relacionamentos interpessoais profundos para a compreensão dos papéis dos participantes e dos valores que regem a conduta corporativa.

36

Considere que foi criada uma autarquia municipal para a execução dos serviços públicos de água e esgoto de determinado município. Entretanto, como não havia dotação orçamentária específica na lei de orçamento, foi autorizada a abertura de crédito adicional para o custeio das despesas da entidade. Considerando esse caso, quanto aos créditos adicionais, é correto afirmar que houve a abertura de crédito orçamentário

- (A) contingente.
- (B) exclusivo.
- (C) extraordinário.
- (D) especial.
- (E) suplementar.

37

Conforme previsto no art. 165, § 8º, da Constituição Federal, “A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa [...]”. Nesse contexto, de acordo com a doutrina, tal dispositivo constitucional consagra o princípio orçamentário da

- (A) legalidade.
- (B) exclusividade.
- (C) especialização.
- (D) unidade.
- (E) programação.

38

A lei orçamentária anual pode ser considerada a mais importante das leis orçamentárias, pois é ela quem detalha as projeções de despesas e receitas para o ano subsequente. Nesse sentido, à luz da Constituição Federal, no âmbito da União, é correto afirmar que a lei orçamentária anual

- (A) é de iniciativa privativa do Presidente da República.
- (B) é de iniciativa privativa do Senado Federal.
- (C) é de iniciativa privativa do Supremo Tribunal Federal.
- (D) é de iniciativa privativa da Mesa do Congresso Nacional.
- (E) admite iniciativa de qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, bem como do Presidente da República e do Supremo Tribunal Federal.

39

De acordo com as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) É vedado consignar na lei orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.
- (B) Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual e as receitas que as atenderão constarão da lei orçamentária anual.
- (C) Os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.
- (D) A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos à despesa total com pessoal será realizada ao final de cada exercício fiscal.
- (E) Não se considera aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado.

40

Nos termos da Lei nº 4.320/1964, que estatui normas gerais de direito financeiro, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. **A receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital.**
- II. **São Receitas Correntes as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas.**
- III. **Classificam-se como Despesas de Custeio as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.**
- IV. **Constituem subvenções econômicas aquelas destinadas às instituições públicas ou privadas de caráter assistencial ou cultural, sem finalidade lucrativa.**

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas IV.
- (C) Apenas II e IV.
- (D) Apenas I e III.
- (E) Apenas II, III e IV.

Instruções

A Prova Discursiva de Redação será avaliada considerando os aspectos presentes na TABELA 15.4 do Edital:

Aspectos		Pontuação máxima
1	Atendimento e desenvolvimento do tema / Informatividade e argumentação.	6
2	Coesão referencial e sequencial (intra e entre parágrafos) / Coerência (progressão, articulação, não contradição).	6
3	Atendimento à estrutura textual proposta.	6
4	Domínio da norma culta formal, com atenção aos seguintes itens: estrutura sintática de orações e períodos; elementos coesivos; concordância verbal e nominal; pontuação; regência verbal e nominal; emprego de pronomes; flexão verbal e nominal; uso de tempos e modos verbais; grafia (inclusive legibilidade); acentuação.	12
TOTAL MÁXIMO DE PONTOS		30

O candidato ou a candidata terá sua Prova Discursiva de Redação avaliada com nota 0 (zero) e estará automaticamente eliminado(a) do concurso público se:

- não desenvolver ou tangenciar o tema proposto;
- não desenvolver o tema na tipologia textual (dissertação argumentativa) exigida;
- apresentar acentuada desestruturação na organização textual ou atentar contra o pudor;
- redigir o texto a lápis ou à tinta em cor diferente de azul ou preta;
- não apresentar o texto na Folha de Versão Definitiva (entregando-a em branco) ou desenvolvê-lo com letra ilegível, com espaçamento excessivo entre letras, palavras, parágrafos e margens;
- apresentar identificação de qualquer natureza (tais como nome parcial, nome completo, outro nome qualquer, número, letra, sinal, desenho ou código);
- não escrever o texto em língua portuguesa;
- apresentar o texto com 7 (sete) linhas ou menos (sem contar o título);
- apresentar o texto com menos de 8 (oito) linhas autorais (não copiadas da prova, dos textos de apoio, de modelos prontos de redação ou de outras fontes) contínuas e/ou compô-lo predominantemente por cópia de trechos da coletânea ou de quaisquer outras partes da prova e/ou por reproduções (plágio) de textos divulgados em mídias digitais (sobretudo internet) ou impressas.

- A Folha de Versão Definitiva da Redação será o único documento válido para a avaliação da Prova Discursiva. As folhas para rascunho, no Caderno de Questões, são de preenchimento facultativo e não valerão para a finalidade de avaliação da Prova Discursiva de Redação.
- Na Prova Discursiva de Redação, deverá ser observado pelo candidato ou pela candidata o limite mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas para elaborar a Versão Definitiva da Redação.**
- Será desconsiderado para efeito de avaliação qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão de 30 (trinta) linhas permitida para a elaboração do texto.
- Textos curtos, com 19 (dezenove) linhas ou menos, serão penalizados no critério que avalia a informatividade e a argumentação, com perda de 1 ponto por cada linha abaixo do mínimo exigido.
- Não será corrigida e/ou lida a Folha de Versão Definitiva que for preenchida inadequadamente, não assinada, assinada em outro local que não seja o indicado na folha de rosto, amassada ou danificada de qualquer modo.

Redação

Texto 1

Riscos da regulação da Inteligência Artificial no Brasil

A discussão sobre a regulação da Inteligência Artificial (IA) no Brasil é um tema de grande relevância e debate, tendo em vista a complexidade e o impacto significativo dessa tecnologia. Com o rápido progresso da IA, ilustrado por avanços como o ChatGPT, surge a urgência de estabelecer normas regulatórias que sejam justas, incentivando a inovação e o avanço tecnológico, enquanto são enfrentadas questões éticas, de segurança e de privacidade. É fundamental a criação de regulações eficientes para assegurar a maximização dos benefícios da IA e a minimização de seus possíveis riscos.

No contexto brasileiro, propostas como o Projeto de Lei nº 21/2020 visam criar diretrizes para uma utilização ética e consciente da IA, baseando-se em princípios essenciais para seu desenvolvimento sustentável. Entretanto, a formulação e aplicação dessas normas apresentam desafios consideráveis, incluindo o perigo de paralisação tecnológica, a imposição de obstáculos para pequenos empreendimentos e startups, além de influenciar na capacidade competitiva no cenário global. Assim, é crucial que a regulação da IA no país promova o progresso tecnológico de forma equilibrada, sem reprimir a inovação, e estimule um desenvolvimento da IA que seja responsável e alinhado com os valores éticos e sociais.

Adaptado de: <https://portal.tcu.gov.br/riscos-da-regulacao-da-inteligencia-artificial-no-brasil.htm>. Acesso em: 3 maio 2024.

Texto 2

ONU aprova 1ª resolução para proteger humanidade das inteligências artificiais

Na última quinta-feira (21), a ONU (Organização das Nações Unidas) aprovou a primeira resolução para proteger a humanidade das inteligências artificiais. No projeto liderado pelos Estados Unidos, a Assembleia Geral da ONU destacou a promoção de sistemas de IA “seguros e confiáveis” para todos.

Apesar do projeto ser de autoria dos EUA, a resolução tem apoio de todos os 193 Estados-membros da ONU — incluindo o Brasil. Segundo o texto, a ideia é garantir o respeito, a proteção e a promoção dos direitos humanos não só na concepção. Isso vale também no desenvolvimento e na implantação de tecnologias de IA.

A Assembleia Geral da ONU também reconheceu o potencial da IA para acelerar a conquista dos 17 itens da lista de ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável). Algumas das metas são fim da pobreza, fome zero, boa saúde e bem-estar, educação de qualidade, igualdade de gênero, entre outros.

Adaptado de: <https://gizmodo.uol.com.br/onu-aprova-1a-resolucao-para-protger-humanidade-das-ias/>. Acesso em: 3 maio 2024.

Texto 3

Regulação da inteligência artificial no Brasil caminha a passos lentos

A discussão sobre regulação da inteligência artificial (IA) no país avança lentamente. Em março deste ano, países da União Europeia, bloco formado por 27 Estados, aprovaram a primeira lei global com regras amplas para uso e desenvolvimento da tecnologia. No Brasil, apesar das boas intenções em legislar, não há consenso sobre o tema, que ainda é uma folha em branco.

Se, por um lado, os benefícios do avanço da tecnologia se fazem cada vez mais presentes no dia a dia, é preocupante o mau uso da ferramenta para fins criminosos. Para especialistas e congressistas ouvidos pelo Correio, a aprovação de normas gerais, além de prever o uso seguro da IA, deve se atentar aos direitos fundamentais, a não discriminação e a não reprodução de injustiças sociais, ao uso seguro atrelado aos desenvolvimentos científico e tecnológico e aos impactos da automação no mundo trabalhista.

Adaptado de: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2024/04/6837976-regulacao-da-inteligencia-artificial-no-brasil-caminha-a-passos-lentos.html>. Acesso em: 3 maio 2024.

A partir da leitura dos Textos 1, 2 e 3, redija um texto dissertativo-argumentativo, em modalidade escrita formal da língua portuguesa, sobre o tema “**Obstáculos para regulamentar o uso das inteligências artificiais no Brasil**”. Organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para a defesa dos seus pontos de vista.

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30
